

CAPÍTULO I

A REGIÃO — TOMÉ PORTES DEL-REI — OS PRIMEIROS
NÚCLEOS DE POVOAÇÃO — O OURO — DISCÓRDIAS E LUTAS
— PAULISTAS E EMBOABAS — GALHARDA EXPEDIÇÃO —
PROGRESSO DO POVOADO — INSTALAÇÃO DA VILA — PRI-
MEIRO QUARTEL — PRIMEIRAS IGREJAS — CASA DA
CÂMARA — CADEIA

A REGIÃO — TOMÉ PORTES DEL-REI — OS PRIMEIROS
NÚCLEOS DE POVOAÇÃO — Predestinados para uma
grande povoação, os sítios em que se assenta S. João del-Rei
e os que os circundam, bem mereceram de insigne observa-
dor na mais remota éra de sua história, a desvanecedora
referência de ser a região do “Rio das Mortes, lugar muito
alegre e capaz de se fazer nele morada estavel, si não fosse
tão longe do mar”. (1)

Realmente, os montes aquí se levantam como em perene
anseio para o céu, os vales se rasgam para a abundância das
aguas que neles cachoeiram em preciosas quedas ou mansa-
mente se espriam nos amplos vargedos, as matas orlam gra-
ciosamente o sopé das eminências e a verde pelúcia dos cam-
pos veste as extensas lombadas de terras.

(1) André João Antonil — “Cultura e Opulência do Brasil por suas Dro-
gas e Minas”.

Nem só pelo aprazível do local, sobre que se desenrola estupendo panorama a quantos, de qualquer parte, o demandem, nem ainda pela fertilidade do vale ameno, em que, como narra esse escritor, “os passageiros se refaziam, por chegarem já muito faltos de mantimentos”, através de longas jornadas, teria este abençoado rincão de conquistar as fidalgas prerrogativas que lhe assegurassem no futuro os foros de cidade. Altos desígnios já haviam delineado na história da formação deste pedaço da Terra a de sua vida social. Nos áureos filões das rochas que nele alteiam, nos leitos dos rios e nas margens dos regatos que aí rolam e serpeiam, como na disposição de seus terrenos e em sua própria situação geográfica, já houvera traçado o Supremo Artífice os lineamentos da urbe e a legenda de seu formoso destino.

Como a expedição de Fernão Dias Pais, cuja bússola — o sonho das esmeraldas, apontando sempre a grimpada das serras, assinalava seu ousado roteiro com o marco milenário das montanhas, é assás verossímil, senão certo, que o arrojado sertanista, depois de haver demorado nas feracíssimas terras da Serra Negra, onde, em 1674, fundou Ibituruna, “o primeiro lar da pátria mineira”, no dizer de Diogo de Vasconcelos (2), para ganhar em seguida, a Serra da Borda, tivesse passado por este vale e o houvesse feito, orientado pelas culminâncias que vieram a denominar-se depois Caburú, Lenheiro e Ponta do Morro, mais tarde, S. José del-Rei, e hoje

(2) Embora os reparos que a ele opõe o eminente Alfonso de E. Taunay, parece que continua a ser o mais provável roteiro da famosa expedição do Governador das Esmeraldas o que se faz pelo vale do Paraíba e atinge Minas pela garganta do Embaú.

Ibituruna, que dista 12 léguas desta cidade de S. João del-Rei, até 1922 pertenceu a este município.

Tiradentes, que são as mais destacadas elevações entre aqueles dois pontos (3).

Os cascalhos auríferos da bacia do Rio das Mortes, tais como os das aluviões do riacho das Congonhas, iguais aos dos ribeiros conhecidos no Carmo, “assoalhavam o caminho trilhado pelo bandeirante”. Entretanto, não ha cabal certeza de quando se fixaram neste lugar seus primeiros habitantes. Nenhuma dúvida tenho, contudo, de que aquí se estabeleceram antes dos descobrimentos dos grandes depósitos de ouro da região do Rio das Mortes.

Assentado com Tomé Portes del-Rei (4), ao findar do século XVII, nas margens deste rio, no local a que chamaram “Porto Real da Passagem”, porque aí, de um e do outro lado, aportando, o atravessavam pequenas embarcações, o primitivo núcleo do arraial surgiu nesse local, ainda hoje denominado “Porto Real”, como reflexo da vida com que o alentavam seus passageiros.

Já o taubateano João de Siqueira Afonso gozava a hospitalidade de Portes del-Rei, a quem, desde 1701, fôra conferido o direito de cobrança da passagem no Rio das Mortes aí, quando aquele o informou da natureza aurífera dos terrenos dessa paragem (5).

(3) “Passada a estação das chuvas, em Março do ano seguinte (1675), dirigiram-se os bandeirantes em direitura à serra da Borda e atravessaram a região do campo, entrando na do Paraopeba, onde fundaram Sant’Anna” (Diogo de Vasconcelos — “História Antiga das Minas Gerais”, pág. 35).

(4) Foi varão ilustre o fundador de S. João del-Rei. De seu consórcio com d. Juliana de Oliveira, que lhe sobreviveu vinte e seis anos, deixou distinta família em Taubaté, sua terra natal.

(5) Basílio de Magalhães — Na “Revista do Arquivo Público Mineiro”, de 1933, 1.º vol., fls. 430 e no Almanaque de S. João del-Rei, organizado por Horácio Carvalho em 1924.

Não logrou, contudo, o feliz fundador do auspicioso povoado lhe testemunhar a prosperidade, pois que faleceu logo, em 1702, cabendo a seu genro e sucessor Antônio Garcia da Cunha, a sorte de acompanhar seu desenvolvimento em lugar próximo, onde está hoje a cidade.

Pode-se, pois, afirmar que esse embrião de povoado resultou, antes da situação decorrente da importância do caminho pelo qual já tinham sido penetrados os sertões do Caeté e por onde haviam de transitar quantos, da Terra das bandeiras, por essa região, depois atingiam as famosas minas do Carmo, de Ouro Preto e de Sabará, do que da exploração dos áureos depósitos que lhe recheiavam o próprio solo.

Esta, com efeito, só mais tarde aqui se fez. Foi de 1703 a 1704, quando o português Manoel João de Barcelos descobriu pelos campos das fraldas dos montes ricas manchas de ouro e os paulistas Pedro do Rosário e Lourenço da Costa, com grandes vantagens, começaram a faiscar neste local e suas proximidades, que vizinhos e forasteiros, atraídos pelas notícias dos sucessos dessa exploração, afluíram ao sítio onde o ambicionado metal, fácil e fartamente aparecia na superfície da terra. Aí, então, nas encostas das serras hoje denominadas “Senhor do Monte” e “Mercês” onde, ainda agora, possantes depósitos auríferos se exploram, formaram esses e outros mineradores o arraial de que resultou S. João del-Rei (6).

(6) Entre outros, como se infere do livro de registros de escravos, da época, se contam também como primeiros povoadores do arraial, Manoel da Silva Leme, Manoel Bicudo, Fernando Bicudo de Andrade, João da Cunha Gago, Pe. Gregório de Souza, Luiz Pinheiro Pays, Antônio Rodrigues de Miranda, Pascoal de Macedo, em 1711 arrematante da passagem do Rio das Mortes, João Machado Castanho, João Antunes Maciel e Pedro de Moraes Raposo, que, segundo consta do L.º de Registros de Ordens Régias de 1762, fls. 58 v. e 59, construiu o trecho do Caminho Novo desde a Borda do Campo até Paraibuna.

Como por toda a parte onde demoravam, os sertanistas levantavam logo uma capela, radioso marco com que o fervor de sua crença, temperando de suave misticismo as asperezas da jornada, concretizava doce realidade e grandes esperanças, também aqui, nessa época, como informam Milliet de Saint-Adolphe e Monsenhor Pizarro, erigiram os paulistas a primeira igreja da povoação nascente, no local hoje denominado “Morro da Forca”, no ponto em que se acha a “Caixa d’Água Velha” (7).

Assim, por sua posição geográfica, ao influxo do ouro e sob a proteção da excelsa Virgem, surgiu, então, para sua elevada missão histórica, o arraial do Rio das Mortes, depois, vila de Nossa Senhora do Pilar de S. João del-Rei.

OURO, DISCÓRDIAS E LUTAS — Centro de convergência pelo refulgir das riquezas de seu solo, bem como por sua privilegiada posição geográfica, o território do Rio das Mortes rapidamente se adensou da aturdida população que o invadiu na fascinante paixão pelo ouro.

Com indescritível estouvamento, tudo ela devassa em busca do fulvo metal. A terra abre na cascalheira dos extensos taboleiros como nas gupiáras das encostas; as rochas fende em aprumados talhos a céu aberto e em fundas galerias subterâneas, do mesmo modo que as areias das correntes revolve

(7) A determinação exata desse lugar, como sendo o em que existiu a primeira igreja, se faz pelo termo de fls. 20 a 22 do L.^o 3.^o de “Registros de Títulos e de Posse” do Senado da Câmara, passado em 23 de Maio de 1752. Dele consta que, para a fundação da Ordem de S. Francisco de Assis na então vila de S. João del-Rei, em 1742, foi requerida ao Senado da Câmara, que só a deferiu em 1751, concessão das terras em que (antes desse despacho) foi erigido o grandioso templo do Seráfico Patriarca, as quais “em uma área de 165 braças de comprimento por 28,5, de frente”, se estendem, como se verifica da demarcação respectiva, “pelo campo acima, até entestar com a Igreja de Nossa Senhora do Pilar”, no alto.

na precipitação da insatisfeita tarefa, como testemunham inapagáveis vestígios subsistentes.

Incontida cubiça ateia a fogueira da discórdia, que degenera em lamentáveis consequências.

Aquí, entretanto, si não foi a ânsia dessa sedutora riqueza a causa determinante do início do primitivo núcleo do arraial do Rio das Mortes, felizmente ela não constituiu também absorvente preocupação das atividades da povoação, para cujo desenvolvimento, todavia, muito concorreu.

O trabalho sob outras manifestações lhe entreteve, através de todos os tempos, o progresso a que fatais intermitências teriam sacrificado, si se houvesse entregado exclusivamente à vária sorte das minas.

Entretanto, não havendo perdido o brilho o metal que tanto ofusca, com alguma diferença em favor da cultura de hoje entre nós, o fenômeno mais ou menos se reproduz e sua história neste município, dessarte, se repete.

A ambição é ainda a velha bússola, que desordenadamente oscila sob a inevitável influência do poderoso iman. Feias depressões outra vez, desvairadamente se rebuscam; centenárias cicatrizes impressas no dorso da montanha por onde a cidade sobe, de novo se rasgam em extensas feridas, sangrando a seiva paradoxalmente querida e maldita, que faz a tremenda agitação entre os homens e entre os povos.

Confortador contraste, entanto, está em que, madraستا, a metrópole, outrora, fintando loucamente por quintos e por cabeça, arrecadava, para as esbanjar, milhares de arrôbas do terrível metal, ao passo que hoje, liberalíssima, a lei veda qualquer tributação aos que se entregam a tão áspero trabalho. Confortador contraste está finalmente em que, naquele tempo, o vulto forte e varonil de uma raça em formação se acrisolava na rudeza da sorte que a compelia a arrancar às

entranhas de sua própria e amada Terra, na quasi única occupação nela permitida, montanhas de ouro para fartar a mórbida cupidez de perdulárias Córtes insaciáveis, enquanto que, hoje, acumula nas arcas do próprio tesouro a riqueza com que, em ingente esforço, procura a independência econômica da Pátria.

PAULISTAS E EMBOABAS — Em 1708, quando mais intensa ardia a discórdia entre os paulistas, que pretendiam o domínio das minas e dos lavradores, com denodo e sacrifício, por eles conquistados e a aventureira multidão dos forasteiros, que, em desenfreiada cupidez, investiam contra esses tesouros; quando avalanches dessas facções, em duros combates, se feriam no extenso campo de seus dissídios, teve esta povoação que, então, mal principiava a formar-se, a desdita de testemunhar o tremendo crime que se consumou no local, depois chamado “capão da traição”.

A bandeira branca da paz, que as bravas hostes paulistas comandadas por Gabriel de Góis, no dia 15 de Fevereiro daquele ano, desfraldaram em frente de Bento do Amaral Coutinho, profanou-a o traidor, que, aceitando simuladamente a nobre proposta, chacinou quase trezentos adversários, depois de lhe haverem entregado, confiantes, as armas! Estarrecida diante tão grande brutalidade, depôs no tribunal da história esta Terra, que amaldiçoou o infame, e, até agora, ha mais de dois séculos, a povoação, como num perene pregão condenatório, ainda brada contra tanta hediondez.

Sacudido mais de perto e diretamente por essa terrível luta, o arraial do Rio das Mortes sofreu irreparáveis revéses com o morticínio e com o afastamento em massa, dos paulistas, aos quais, sob o pretexto de comisso, foi usurpada a propriedade das minas.

GALHARDA EXPEDIÇÃO — No teatro dessa luta, que só

terminou em 1710, graças à inteligente atuação de Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho no governo da Capitania; nesse ambiente cheio ainda de ressentimentos e de desconfianças, nobremente aparece esta, como as demais populações das Minas, que, todas, sinceramente se congraçam em face do invasor estrangeiro.

Com efeito, quando, em 1711, sob os estímulos frios e calculados de Luiz XIV, a esquadra de Duguay-Troin forçava a encantadora baía do Rio de Janeiro, vingando o justo malôgro da ousada expedição corsária de Duclerc um ano antes, daqui, como de outros pontos das Minas, para a defesa da bela cidade e da Pátria, que, radiosa, amanhecia, sob o comando desse grande General e Governador, avançara, intrépida-mente, com a precisão e com a rapidez de um exército de hoje, briosa e galharda tropa da valorosa gente da comarca do Rio das Mortes, que “assim contribuiu para manter a integridade e a unidade do Brasil, asseguradas pela religião e pela língua” (8).

PROGRESSO DO POVOADO — INSTALAÇÃO DA VILA — Mau grado as graves consequências daquela luta, a povoação vertiginosamente prosperou.

Ante o rápido progresso que, em virtude de sua magnífica situação e da abundância do ouro de seu solo, experimentou o arraial, a 8 de Julho de 1713 conquistou ele os foros de vila, em que, a 8 de Dezembro do mesmo ano, solenemente o investiu Dom Braz Baltazar da Silveira, Governador de Minas e de S. Paulo, que a “apelidou com o nome de S. João del-Rei e mandou que com este titulo fosse de todos nomeada, em memoria do nome de El-Rei Nosso Senhor, por ser a primeira villa que nestas Minas, elle Governador levantava”.

(8) Aureliano Pereira Corrêa Pimentel — “Apontamentos sobre o Município de S. João del-Rei”.

Assistiram à cerimônia nobreza e povo bem como o Desembargador Gonçalo de Freitas Baracho, que viera para Ouvidor Geral. No dia seguinte, constituindo-se a Câmara, se elegeram primeiros juizes Pedro de Moraes Raposo e o Sargento-Mór Ambrósio Caldeira Brant e bem assim os vereadores Francisco Pereira da Costa, Silvestre Marcos da Cunha, Pedro da Silva Chaves e José Alves de Oliveira, procurador (9).

Desde então, o Senado da Câmara realizou suas sessões, durante seis anos, em casas particulares de diversos Juizes Ordinários e principalmente no solar de Ambrósio Caldeira Brant, lugar em que se encontra hoje o quartel do 11.º Regimento de Infantaria. Arrematando a casa que pertenceu a Antônio de Oliveira Letão, que foi aqui arrecadador dos quintos, para ela transferiu sua sede em 1719, passando a praça em que, então, situava a denominar-se “Largo da Câmara”. Nesse prédio, em cujo terreno se achava ultimamente o “Hospital do Rosário”, e em que vai ser construído o das Mercês, esteve a Câmara até 1849, data em que se mudou para seu atual edifício.

Entre as solenidades necessárias à imponência do ato se verificou também a do levantamento do pelourinho, símbolo da autoridade da vila e aparelho, nesses ominosos tempos, julgado imprescindível para a manutenção da ordem. Esse emblema de jurisdição municipal, erigido “na chapada do morro que fica do outro lado do córrego, para a parte nascente do arraial”, segundo reza a ata da instalação da vila, pare-

(9) “A Câmara desta Vila, em 17 de Agosto de 1714, foi concedida, em sesmaria, com pião no centro dela, a mercê de duas léguas de terras em quadro, a fim de que pudesse fazer aforamentos de que tirasse conveniências para suas despesas” (L.º 2.º de Registros do Senado da Câmara, fls. 57.). A provisão régia de 28 de Dezembro de 1754 confirma a concessão da sesmaria dessas terras, “não se achando elas ocupadas”.

cê, assim, poder situar-se no local chamado “Matola”, bairro em que se encontrava a aludida casa de Caldeira Brant e no qual residia José Matol, aquí, então, de grande destaque e que lhe deu o nome (10).

Em 1812, em substituição ao primeiro, foi levantado no Largo da Câmara artístico pelourinho condizente com a autoridade e poder que representava. Obra do escultor sanjoanense Alferes Aniceto de Souza Lopes, que, a 25 de Janeiro daquele ano, lhe arrematou a construção por 170\$000, constituia-se ele de trabalhado pedestal, que atualmente serve de base ao chafariz da “Prainha” (Praça Visconde de Ibituruna) e de bem esculpida figura da Justiça, em pedra, com balança e cutelo de bronze, que a Prefeitura guarda. Marco de ignomínia com que a história de todos os povos assinalou etapas de horror e de vergonha, sua materialidade serve para despertar e manter em nós a mais viva condenação às barbaridades que relembra.

O PRIMEIRO QUARTEL E AS PRIMEIRAS IGREJAS — Ante a doentia obcessão pelo ouro, que a fantástica Colônia excitara na Côrte metropolitana, era perfeitamente explicável que a representação de 1719, do Senado da Câmara de S. João del-Rei, solicitando auxílio de três mil oitavas de ouro para a construção da cadeia e da Casa da Câmara, tivesse como verdadeira resposta a estrepitosa proclamação com que o bando de 30 de Agosto desse ano, nas ruas e nas praças, em altas vozes, recitava os éditos com que Sua Majestade, ao en-

(10) Supõem alguns que este instrumento de suplício fôra primitivamente colocado no “Morro da Forca”. Argumentam com a própria denominação do local, que revela certa afinidade com a desse horrendo aparelho, bem como com o fato de haver existido aí a primeira igreja, o que mostra tratar-se de ponto, então, principal. Entretanto, este lugar não “fica para a parte do nascente” e estava “fora do corpo da Vila”.

vês, determinara construir na Igreja Velha “na Vargem desta Vila, junto ao Pôrto dela”, os quartéis para seus soldados. Realmente, o Senado da Câmara, por ordem do Conde de Assumar, Governador da Capitania, “faz a todos saber que a 6 de Setembro se ha de rematar os quartéis para as tropas de soldados que El-Rei Nosso Senhor manda para esta comarca, a qual obra se ha de fazer na Vargem desta Vila, nas paredes que se haviam começado para a Igreja Matriz, no mesmo comprimento e forma da dita Igreja” (11).

Conquanto não haja cabal certeza de que no arcabouço da iniciada edificação religiosa houvessem os mandatários do Reino feito adaptar as acomodações para os dragões de El-Rei, é, contudo, verossímil que aí se tivessem executado, de vez que nenhuma informação mais se encontra relativamente a essa obra em outro lugar.

Demais, a pressa que mostrava D. Pedro de Almeida e Portugal em acomodar a soldadesca que — como dizia em carta de 24 de Abril de 1720 ao Senado da Câmara — “em breves dias marchará para esse quartel e se poderá alojar por casas dos moradores, enquanto não estiver ele concluído”, fls. 67 do citado L.^o 2.^o, não deixa dúvida de que, entre Setembro de 1719 e Abril de 1720, houvesse sido pretendida outra construção para alojar a gente com que D. João V montava guarda às bocas das minas de ouro da opulenta Colônia.

Pediam-se-lhe meios conducentes à imediata administração da justiça e mandava sua Alteza o formidável aparelho arrecadador constituído da casa da fundição (12) e do quartel dos dragões.

(11) L.^o 2.^o, de Registros, citado, fls. 29 e 57.

(12) Creadas por lei de 11 de Fevereiro de 1719, as casas da fundição, devido à intranquilidade em que se encontrava a região das Minas, motivada pelas revoltas dos negros no Rio das Mortes, em Ouro Branco e S. Bartolomeu,

E' claro, pois, que, em seguida à primitiva capelinha erigida pelos paulistas no local em que se acha a "Caixa dagua Velha", houve em construção no Porto uma igreja que não foi concluída.

Mas, então, a fé que tangera de bonançosos ventos as naus de Cabral e plantara neste quadrante da terra a cruz, que do Céu, pela mão de Deus, aqui se projetara, já promovia o levantamento de nova matriz, em torno da qual, bem como dos santos princípios, prosperassem a vila e a comarca.

Em verdade, foi a 12 de Setembro de 1721, que o Cônego Gaspar Ribeiro Pereira passou "provisão ao Provedor e mais Irmãos do Santíssimo Sacramento da Vila de S. João del-Rei, para construirem nova Igreja que esteja dentro do corpo da Vila e não tão fora como a antiga e para demolirem a primitiva e usarem alguns dos seus materiais em ajuda da dita obra".

Esta, construindo-se por partes e através dos tempos, com acréscimos e modificações, se transformou na magnífica Matriz adiante descrita.

Assim, a robusta crença daquela gente que já houvera "começado a levantar na Vargem da Vila, junto ao Porto, segunda Igreja para Matriz", não prosseguiu nesta construção, que ficou nas paredes, porque, progredindo a povoação no lugar em que hoje se acha a cidade, também aquele local ficara "fora do corpo da vila".

Então, certo como é que, a esse tempo, na primitiva igreja — a que erigiram os paulistas, ainda se celebravam todas as cerimônias religiosas, como se sabe pelo ofício de 22 de Maio

bem como às graves perturbações da ordem em Pitangui e em Vila-Rica, só começaram a funcionar em 1.º de Fevereiro de 1725 (História da Descoberta, lavagem e extração do ouro na Província de Minas Gerais — W. L. Eschweg — Tradução de Rodolfo Jacob, na Coletânea de Cientistas Estrangeiros — Publicação do Centenário de Minas Gerais, Vol. 1.º, fls. 184 e 186).

de 1720, do Senado da Câmara ao Revdmo. dr. Manuel Cabral Camelo, Vigário da Vara, providenciando para as solenidades oficiais do dia de "*Corpus Christi*" na Matriz, é evidente que daquela — a primitiva, se passou para a atual Matriz, sem que essa outra no Porto se tivesse concluído.

A CASA DA CÂMARA — A CADEIA — Além daquele instrumento de suplício — o pelourinho, impunha-se "nesta vila, cabeça de comarca, para onde vinham os presos de toda ela como também muitos de passagem, remetidos da cidade e das vilas de S. Paulo, a construção de uma cadeia".

Conquanto, em 1719, houvesse o Senado da Câmara solicitado ao Governo da Capitania auxílio para tal fim, só em 1743 o conseguiu, "pagando ele então a Cristovam de Faria 533 oitavas de ouro, correspondentes a dois mil cruzados, pela fatura da cadeia no Largo do Rosário" (13), justamente em frente à capelinha de Nossa Senhora da Piedade, onde os reclusos, dentro das próprias enxovias, assistiam às missas.

Inaugurado em 1849 o edifício municipal (hoje Prefeitura e Forum), cujo andar térreo se destinara a prisões, para estas foram, a 23 de Março de 1853, transferidos os presidiários.

Este edifício, que se levanta em dois pavimentos de linhas singelas e de estilo sóbrio, é, todavia, de imponente aspecto (14).

(13) L.º 2.º de despesas, fls. 127.

(14) Para a construção deste prédio, começado por iniciativa particular, feito pela municipalidade e para a qual muito concorreu o Governo provincial, prestaram grandes serviços, entre outros, Francisco José Telxeira Leite, Barão de Itambé e Batista Caetano de Almeida, que doou para esse fim o respectivo terreno. Foi construído sob o risco de Jesuino José Ferreira, que, por esse trabalho, recebeu 4\$800. Este artista, que, aliás, era também ferreiro, em 1836, projetou e executou o bellissimo portão do cemitério do Carmo.

Sólido e bem proporcionado, rasgam-se-lhe na frente, de boa alvenaria, ampla portada de pedra, que faz a entrada, as janelas da parte baixa em número de quatro e cinco outras que, no alto, àquelas correspondem.

Dão estas para elegante varanda com gradil de ferro, que se estende por toda a frente, em cuja fachada relevos de sentido colonial se desenham pelos cunhais, pela platibanda e por sobre as padieiras.

O espaçoso prédio tem no andar térreo oito compartimentos, outrora tristes enxovias e hoje alegres salas da biblioteca municipal e dos auditórios da Justiça. No pavimento superior se dispõem, em toda a frente vasto e aristocrático salão em que funcionam as sessões do juri e na parte posterior ótimas salas onde se encontram as instalações da Prefeitura.

Em 1925, por isso que em nosso Estado já se vinha modificando o regimen penitenciário, afim de submeter o delinquente a um tratamento racional e científico, para substituir esse velho presídio, foi nesta cidade construída a pequena cadeia do "Largo do Carmo", hoje muito melhorada e que só se destina a detentos e a reclusos de penas leves.